



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

CADASTRO DA ENTIDADE
SDL N° 16/2010

Denominação: Centro Feminista de Estudos e Assessoria - CFEMEA

CNPJ: 37.113.040/0001-50

Tipos de Entidades: () Associação () Federação () Sindicato
() ONG (X) Outros (CENTRO)

Endereço: SCS Qd. 2 - Bloco C - Ed. Goiás – Sala 602

Cidade: Brasília **Estado:** DF **CEP:** 70.317-900

Tel/Fax: (61) 3224.1791


Correio-eletrônico: cfemea@cfemea.org.br

Responsável: Guacira César de Oliveira – Diretoria Colegiada do CFEMEA

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a documentação especificada nos alíneas "I" e "II" do art. 2º do Regulamento Interno da Comissão de Legislação Participativa, da entidade supramencionada, encontra-se regularizada até a presente data e arquivada nesta Comissão à disposição de qualquer interessado.

Brasília - DF, 31 de maio de 2010.


Sônia Hypólito
Secretária



ESPELHO DE EMENDAS DE INCLUSÃO DE META

EMENTA

Ação 6175 - Atenção à Saúde da Mulher do Programa 1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situação de Agravado.

PROGRAMA

1312 Promoção da Capacidade Resolutiva e da Humanização na Atenção à Saúde

AÇÃO

6175 Implementação de Políticas de Atenção à Saúde da Mulher

PRODUTO (UNIDADE DE MEDIDA)

Mulher beneficiada (unidade)

ACRÉSCIMO DE META

43.420.000

JUSTIFICATIVA

A saúde das mulheres demanda atenção do Governo Federal. A ação de Atenção Integral à Saúde da Mulher do programa 1312 - Atenção à Saúde de Populações Estratégicas e em Situação de Agravado teve apenas 44,8 milhões de reais previstos no PPA para um período de quatro anos. Menos ainda foi o que se gastou até agora - R\$ 3,8 milhões. Enquanto isso, a mortalidade materna - que em 92% dos casos é evitável mediante a oferta de serviços de saúde adequados - tem crescido no Brasil: o governo projeta uma taxa (de 2008 a 2010) entre 69 e 77 óbitos por 100 mil nascidos vivos, maior do que nos anos anteriores (73,4 e 75,0). Este é um inaceitável indicativo de que as mulheres dos segmentos mais empobrecidos da população e das regiões menos favorecidas pelas políticas públicas estão sendo mal atendidas e algumas estão morrendo, mais do que antes, tanto quando decidem ter seus filhos, como quando optam por interromper a gravidez.

A falta de recursos para financiar o Sistema Único de Saúde implica exigüidade de profissionais de saúde para o atendimento, treinamento precário dos profissionais disponíveis, degradação dos hospitais, falta de equipamentos, insuficiência de leitos hospitalares etc.

As diretrizes orçamentárias para 2011 devem, portanto, assegurar prioridade e mais recursos públicos na ação específica para atender o direito das mulheres à saúde.

ESTE RELATÓRIO É APENAS PARA CONFERÊNCIA NA FASE DE ELABORAÇÃO E NÃO TEM VALOR COMO COMPROVANTE DE ENTREGA

AUTOR DA EMENDA

5034 - Comissão de Legislação Participativa - CLP